

Bancos dos EUA e...

por Milton Coelho da Graça
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

tendem a procurar garantir basicamente o retorno do principal.

A legislação americana é, em geral, mais rigorosa, os bancos são mais abertos e, de certa forma, mais "puros". Os europeus, mais protegidos do olho público, podem, em certas ocasiões, ser mais maleáveis.

O caso da Polônia, por exemplo — diz a fonte —, ficou complicado pelas medidas de retaliação contra a lei marcial, lideradas pelos Estados Unidos. E os europeus, que tinham mais dinheiro no país do que os americanos, queixam-se de que estes não facilitaram em nada o acordo. Mas o pacote polonês já foi feito, e os europeus não tiveram dúvida em fazer uma concessão que nenhum grande banco americano se dispõe a fazer para os países latino-americanos: dois terços dos juros serão transformados em créditos rotativos para o comércio exterior.

Enquanto isso — continua a fonte —

os casos do Brasil, Peru, Chile, Argentina e Venezuela continuam pendurados. Da Bolívia ninguém nem fala. E o do México está marcado para dezembro. Ele explica que, quando o caso do Brasil estourou, no final de 1982, muitos bancos europeus discordaram do programa. Mas os quatro bancos líderes — Citibank, Chase, Bankers Trust e Morgan, especialmente este último — recusaram-se a ouvir qualquer ponderação. E só na fase 2, a partir de julho, eles se dispuseram a ampliar os contatos e a melhorar as linhas de comunicação, porque de outra maneira a maioria dos europeus não participaria.

Para a maioria dos bancos alemães, suíços, holandeses e ingleses, segundo a fonte, o esquema de renegociação constante — da mão para a boca — é cansativo, oneroso e não tem futuro. "Quando Harry Taylor (presidente do Manufacturers Hanover) diz que não se pode pensar a longo prazo diante da crise, ele está falando por todos os grandes banqueiros americanos, que pensam da mesma forma. A tradição pragmatista americana às vezes atrapalha a busca de soluções mais espaçadas no tempo, porém mais seguras."